



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DO OBJETO**

**1.1** Contratação de Pessoa Jurídica, para prestação de SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO EM ASSESSORIA TÉCNICA na área de Gestão Pública, contemplando as matérias que envolvam as compras públicas, em especial a área de Licitações e Contratos Administrativos, devendo os serviços serem executados por profissional experiente e especializado, visando acompanhar e orientar procedimentos licitatórios e a aplicabilidade da Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes ao objeto da contratação, podendo os serviços serem prestados nas dependências do CRESS/AC, quando necessário, ou no escritório da Contratada, tudo em conformidade com as condições deste termo de referência, tudo em conformidade com as condições deste termo de referência.

### **2. DA JUSTIFICATIVA**

**2.1** O Conselho Regional de Serviço Social do Acre possui em seu quadro apenas duas funcionárias, e o trabalho administrativo está sobrecarregado em decorrência desse fator, há, portanto a necessidade de apoio técnico orientações no que se refere aos processos que envolvem as compras através de dispensas ou procedimento licitatório.

**2.2** Vale ressaltar que a contratação desse profissional contribuirá diretamente para a boa gestão do Conselho, gerindo processos eficazes e transparentes, em consonância com a legislação vigente, e, ainda melhorará o fluxo dos serviços internos no âmbito administrativo.

**2.1** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos legais, como serviços continuados, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**2.2** Desse modo, a contratação para prestação de serviços de Assessoria técnica em administração pública especializada na área de licitações e contratos Públicos, contemplará Serviços de

[Digite aqui]

acompanhamento e orientação nos processos licitatórios bem com os contratos derivados destes processos.

2.3 Os serviços aqui descritos são de natureza contínua, podendo ser prorrogados até o limite de 60(sessenta) meses conforme estabelecido no art. 57, II da Lei nº 8.666/93, se vantajoso para a Administração e de interesse das partes, devendo o mesmo ocorrer através de Termos Aditivos.

2.4 Em face do exposto justifica a este Conselho proceder com a abertura de procedimento licitatório, favorecendo assim a forma de atendimento das necessidades frequentes e de rotina.

### **3 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA LICITAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO**

3.1 Os serviços, objeto da futura contratação, fundamenta-se através de Contratação Direta por Inexigibilidade, com fundamento no art. 25, II § 1º, e art.13, III e VI da Lei 8.666/93;

### **4 DO ESCOPO DOS SERVIÇOS**

4.1 Dentre as atividades a serem realizadas pelo profissional especializado, destacamos algumas:

- ✓ Assessoria nas atividades administrativas da Administração Pública;
- ✓ Assessoria em Licitações e Contratos Administrativos, envolvendo as modalidades da Lei 8.666/93 e ainda a Lei Federal 10.520/2002, Decretos e Instruções Normativas vigentes, e ainda as seguintes atividades:
- ✓ Elaboração de minutas de Contratos Administrativos;
- ✓ Elaboração de minutas de Atas de Registros de Preços;
- ✓ Elaboração de Termos de Referências
- ✓ Elaboração de Editais de Licitação;
- ✓ Elaboração de Termos Aditivos e Apostilamento de Contratos;
- ✓ Apoio e acompanhamento em: Contratações Diretas, Inexigibilidades e Certames Licitatórios; Publicação dos Avisos, Extratos de Contratos e Extratos de Atas de Registro de Preços;
- ✓ Treinamento para os servidores do CRESS/AC;
- ✓ E outros serviços relacionados ao objeto da contratação;
- ✓ Coordenação, orientação e/ou desenvolvimento de trabalhos técnicos dentro de sua área de competência;

[Digite aqui]

- ✓ Realizar estudos e atividades especializadas ligados à atividade fim do CRESS/AC diretamente relacionados à prestação de assessoria técnica, sugerindo medidas visando um bom andamento processual dos atos praticados pelo CRESS/AC;
- ✓ Orientar o Conselho em questões relacionadas com a área técnica em administração, sempre que solicitado, visando garantir que as decisões e procedimentos adotados estejam dentro da lei;
- ✓ Participar, quando convocado, de Reuniões Plenária, de Diretoria e das comissões temáticas, para prestar esclarecimentos relacionados a área de compras;
- ✓ Assessorar a Comissão Permanente de Licitação;
- ✓ Propor à Presidência do Conselho as medidas necessárias à execução dos serviços;
- ✓ Atender todos os prazos estipulados pelo CRESS/AC referente a procedimentos na área de atuação;
- ✓ Atender outras atribuições não especificadas, que podem ser solicitadas, e que fazem parte da matéria, objeto deste Termo de Referência.

## 5 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 A vigência contratual será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos **até o limite de 60 (sessenta) meses**, desde que a contratação ainda permaneça vantajosa para a Administração, e que ocorra através de termos aditivos, tudo em conformidade com o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/1993;

5.2 O prazo a que se refere o parágrafo anterior poderá, *excepcionalmente*, desde que devidamente justificado e autorizado pela autoridade superior, ser prorrogado por mais 12(doze) meses, na forma estabelecida no artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

## 6 PRAZO DE INÍCIO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os serviços deverão ser iniciados na data constante na assinatura do contrato ou Autorização emitida pela Presidência deste Conselho;

6.2 Os serviços terão a supervisão e acompanhamento da Presidência deste Conselho em conjunto com a Comissão Permanente de Licitação;

6.3 A empresa, quando da assinatura do contrato, deverá indicar seu profissional, o qual deverá ser residente na cidade de Rio Branco – Acre, onde os serviços deverão ser executados;



6.4 Os serviços serão prestados nas dependências da Contratada, e sempre que necessário, e quando convocado, o profissional, se fará presente nas dependências do CRESS/AC, situado à Rua Conquista nº 460, Bairro Geraldo Fleming, Rio Branco-Acre, CEP 69918-849.

## 7 DA PROPOSTA

7.1 O CRESS/ACRE pagará o valor mensal de **R\$ 1.830,00** (um mil, oitocentos e trinta reais ), sendo o valor máximo anual de **R\$ 21.960,00** (vinte e um mil, novecentos e sessenta reais), em conforme com o orçamento anual do CRESS/AC;

7.2 Não serão aceitas propostas com valores superiores ao máximo acima, pois fere a capacidade orçamentária do CRESS/ACRE;

7.3 Os valores oferecidos na proposta não poderão ser alterados durante o prazo de 01(um) ano da data da proposta, devendo qual reajuste somente ser efetuado após 12(doze) meses da data da proposta final no certame, tendo como índice de reajuste o IGPM ou outro índice equivalente que vier a ser substituído;

7.4 Os valores propostos deverão ser contados em moeda corrente nacional e já incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto do Termo de Referência, inclusive com as despesas de salários e encargos de seus empregados envolvidos diretamente na execução dos serviços, transporte, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários ou outros decorrentes, ou que venham a ser desenvolvidos em razão da execução dos serviços, não cabendo ao CRESS/AC, quaisquer outros custos adicionais.

## 8 DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

8.1 O valor mensal de **R\$ 1.830,00** (um mil, oitocentos e trinta reais ), sendo o valor máximo anual de **R\$ 21.960,00** (vinte e um mil, novecentos e sessenta reais);

8.2 Os serviços serão pagos mensalmente, em conformidade aos serviços efetivamente prestados, através de crédito em conta corrente ou transferência bancária ao CONTRATADO, em nome do CONTRATADO, podendo o CONTRATADO sofrer descontos por motivos de faltas injustificadas.

8.1 Em caso de prorrogação, **o preço será reajustado anualmente**, com base no Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice que vier a substituí-lo, se solicitado previamente pela CONTRATADA, antes do término do contrato inicial;

8.2 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os

[Digite aqui]

custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, constituído assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados;

8.3 A CONTRATADA deverá apresentar no Setor Administrativo do CRESS/AC a Nota Fiscal ou Fatura, devendo o pagamento ser efetuado pela Contratante no prazo de até 10(dez) dias contados do recebimento e atesto da nota fiscal e mediante apresentação das certidões e atestada pelo servidor responsável do CRESS/AC, juntamente com os documentos de regularidade fiscal e trabalhista;

8.5 Será efetuado por este CRESS/AC a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP;

8.6 A retenção dos tributos não será efetuada caso a CONTRATADA apresente juntamente com a Nota Fiscal a comprovação de que a mesma é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES;

8.7 Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e FGTS e contribuições federais, apresentados em atendimento às exigências da habilitação, estiverem com a validade expirada, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação regular sob pena de o pagamento ficar retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade;

8.8 A CONTRATANTE descontará dos pagamentos eventualmente devidos os valores necessários para cobrir possíveis despesas com multas e indenizações ou outros encargos de responsabilidade da CONTRATADA;

8.9 Todos os impostos, taxas, contribuições, encargos sociais incidentes sobre a execução dos serviços correrão por conta da CONTRATADA;

8.10 A nota fiscal deverá ser preenchida em nome do CRESS/AC – Conselho Regional de Serviço Social – 26ª Região/AC, com sede na rua conquista nº 460, bairro: Geraldo Fleming, Rio Branco-Acre, CEP: 69.918-864, CNPJ nº 22.038.658/0001-25, devendo constar no corpo da Nota Fiscal o número do Empenho, nº do processo e nº do Contrato;

8.11 Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega ao fiscal do contrato ou no protocolo da CONTRATANTE;

## **9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 O crédito respectivo ocorrerá à conta da dotação orçamentária. Elemento de Despesa : 6.2.2.1.1.01.04.04.002 : SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1 Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa prestar os serviços dentro das especificações recomendadas;
- 10.2 Efetuar o pagamento, das notas fiscais correspondentes, no prazo estipulado, após devidamente atestadas pelo setor competente;
- 10.3 A CONTRATANTE deverá, a seu critério, e através de Servidor do Conselho ou de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato;
- 10.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o contrato.
- 10.5 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato;
- 10.6 Prover o local e equipamentos para a realização e bom desempenho do treinamento;
- 10.7 **Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:**
  - 10.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 10.7.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
  - 10.7.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 10.8 Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratado;
- 10.9 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, a aplicação de sanções, alterações e revisões do Contrato;
- 10.10 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato;
- 10.11 Aceitar ou rejeitar a execução do serviço, após a conclusão de cada etapa do objeto, fazendo, as observações que julgar necessárias à sua perfeita conclusão e devida aceitação.

## 11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1 Cumprir os prazos e acordos previstos neste termo de referência e com o acordado com o Conselho;
  - 11.2 Prestar todos os serviços constantes do item 4 deste termo (Escopo de Serviços:
  - 11.3 Indicar para a prestação dos serviços profissional com notória especialização, devendo apresentar juntamente com a proposta, currículo, atestado de capacidade técnica e outros documentos que
- [Digite aqui]

comprove sua experiência, qualificação técnica, conhecimento e domínio da matéria compatível com o objeto deste termo;

11.4 A contratada deverá responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços previstos neste termo de referência;

11.5 Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, os serviços, objeto deste Termo de Referência, sem prévia anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas;

11.6 Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

11.7 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais resultantes da execução deste contrato;

11.8 Atender todas as necessidades técnicas e de assessoramento do CRESS/AC, relativas ao processos licitatórios e contratos administrativos. Manter durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

11.9 Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE, sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do objeto contratado, responsabilizando-se por eventual paralisação dos serviços por parte de sua equipe técnica, sendo de sua responsabilidade a continuidade dos serviços sem quaisquer ônus à CONTRATANTE;

11.10 Conduzir seus trabalhos de maneira a não interferir, provocar atrasos ou qualquer limitação nos trabalhos da CONTRATANTE;

11.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, através de sua Presidência e Equipe Administrativa;

11.12 Disponibilizar o profissional, no mínimo **02 (duas) vezes por mês, in loco**, no horário de expediente mencionado no neste termo, e quando necessário e solicitado, a presença nas Reuniões Ordinárias realizadas, sem prejuízo da Assessoria técnica, por meio virtual ou através de documentos físicos levados ao seu escritório;

11.13 O prazo para os demais serviços, será acordado entre as partes conforme complexidades dos mesmos;

11.14 **Outras atribuições constante do Escopo de Serviços, e ainda outras não especificadas, que podem ser solicitadas, e que fazem parte da área técnica de administração, e que sejam compatíveis com o objeto deste termo.**

## 12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados;
- 12.2 Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99;
- 12.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- 12.4 As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do CRESS/AC, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente;
- 12.5 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por intermédio de ofício apresentado mediante contra recibo;
- 12.6 As sanções aqui previstas são independentes entre si, aplicadas podendo ser isoladas ou no caso de multas cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## 13 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1 A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Referência.

## 14 DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

- 14.1 A gestão e o acompanhamento administrativo da execução contratual caberão diretamente à Contratante, por meio da Presidência do Conselho Regional de Serviço Social especificamente por servidor designado, a quem compete verificar se a Contratada está obedecendo aos termos do Contrato e os demais documentos que o integram, ficando a **fiscalização e acompanhamento técnico dos serviços**;
- 14.2 O fiscal do contrato não terá nenhum poder de mando, gerência ou controle sobre os empregados designados pela Contratada para a prestação dos serviços, objeto do presente Termo de Referência e seus Encartes, cabendo-lhe, no acompanhamento e na fiscalização do Contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à empresa, por meio do seu representante e/ou preposto, as providências necessárias à sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior;



14.3 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos;

14.4 A fiscalização e o acompanhamento contratual consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, objetivando assegurar o perfeito cumprimento do Contrato;

14.5 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.6 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.7 Ao fiscal do Contrato caberá solicitar e atestar os serviços e realizar avaliações

14.8 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios.

## **15 DA RESCISÃO**

15.1 O contrato poderá ser rescindido, a critério da Contratante, nas seguintes hipóteses:

- a. Inadimplemento parcial ou total de quaisquer obrigações contidas neste Termo de Referência;
- b. Nas hipóteses previstas no art. 78, incisos IX, X, XI, XII e XVIII, da Lei 8.666/93;
- c. Também ensejará a rescisão contratual, a ocorrência das hipóteses dos incisos XIII, XIV, XV, XVI e XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

15.2 Na ocorrência de rescisão contratual ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80, da Lei 8.666/93, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação;

15.3 Deverá a CONTRATADA, manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento a essa cláusula, a rescisão do contrato e o ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 55, inciso XIII, 78, inciso I, 80, inciso III, e 87, da Lei nº 8.666/93);

[Digite aqui]

15.4 Verificada a irregular situação fiscal da contratada, incluindo a seguridade social, é vedada a retenção de pagamento por serviço já executado, ou fornecimento já entregue, sob pena de enriquecimento sem causa da Administração.

## 16. DA REPACTUAÇÃO

16.1 Os preços poderão ser repactuados anualmente, com base no Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice equivalente que vier a substituí-lo, desde que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais serviços;

16.2 O pedido de reajuste deve ser solicitado previamente pela CONTRATADA, antes do término do contrato inicial, devendo observar o aniversário da proposta final da empresa vencedora/contratada;

16.3 A repactuação deverá ocorrer através de apostilamento ou termo aditivo, em conformidade com o art. 65 § 8º da Lei 8.666/93.

## 17. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1. A Contratada deverá apresentar juntamente com a proposta os documentos abaixo para fins de Qualificação Técnica do profissional que prestará os serviços:

17.1.1 **Diploma de Graduação** na Comprovante do Registro do Profissional com formação em Administração ou Direito;

17.1.2 **Certificado de Pós Graduação/Especialização** em áreas afins ao objeto deste termo;

17.1.3 **Registro no Conselho de Classe**, que o habilite para o exercício da função, bem como a Certidão de adimplência no respectivo Conselho de Classe;

17.1.4 **Atestado de Capacidade Técnica**, apresentar um ou mais atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o profissional presta ou prestou serviços de consultoria, assessoria técnica e capacitação na área de licitações e contratos administrativos. O atestado deverá constar nome completo da pessoa jurídica emitente, CNPJ, endereço, telefone, função e nome da pessoa que subscreveu o documento e sua data da emissão;

17.1.5 **Declaração da licitante**, caso a mesma não seja sediada no município de Rio Branco-AC, de que o profissional que prestará os serviços, **quando convocado se fará presente na cidade de Rio Branco, para participar de reuniões plenárias, podendo essa convocação ocorrer pelo menos 02(duas) vez ao mês;**



17.1.5.1 Justifica-se essa exigência, tendo em vista a necessidade da presença eventual do profissional para acompanhamento e orientações em algumas reuniões plenárias a serem realizadas pelo CRESS/ACRE, bem como a otimização e celeridade nos processos.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1. Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como: mão de obra, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, etc., correrão por conta da Contratada;

182. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

186.3. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

Responsáveis pela elaboração do termo:

**ELZA ABREU DE SOUZA**

Conselheira Presidente

CRESS 26ª REGIÃO-AC

Gestão 2017/2020

**Ana Sara do Carmo de Sousa**

Comissão Permanente de Licitação

CRESS 26ª Região

[Digite aqui]